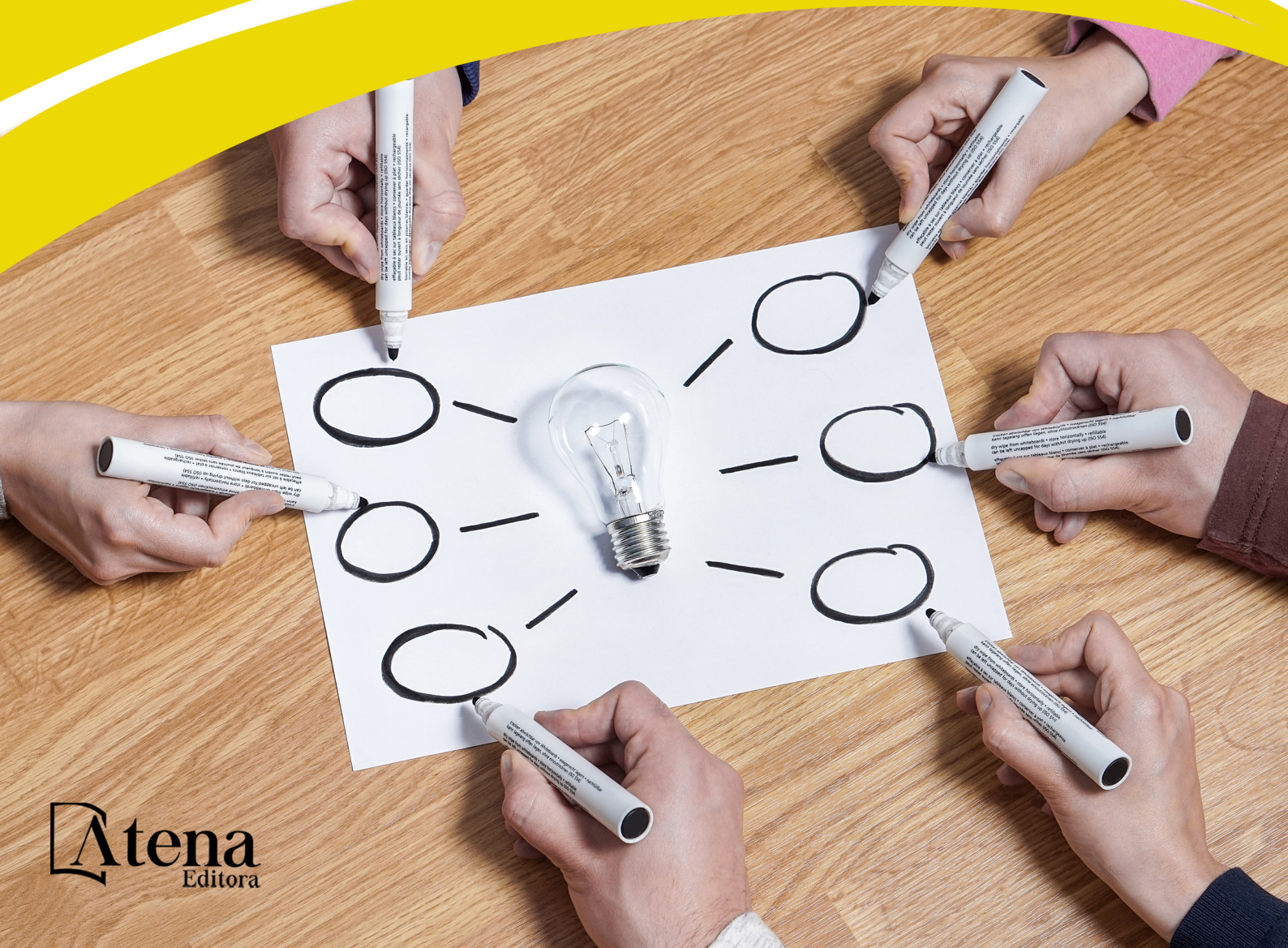


Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 2



Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-591-4 DOI 10.22533/at.ed.914190309 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Pensar a formação docente, as práticas pedagógicas e a pesquisa em educação emergem como tema central da Coletânea “Formação, Práticas e Pesquisa em Educação”, apresentada em três volumes. O volume dois, aqui exposto, destacou, sobretudo, capítulos que versam sobre o eixo práticas educativas. No volume um se destacam as formações pedagógicas e no volume três predomina o eixo pesquisas em educação.

Convidamos a todos a conhecerem os artigos enviados para o portfólio:

No capítulo “GER: Grupo de Estudos em Robótica, multiplicando conhecimentos nas escolas estaduais de Porto Alegre”, Mara Rosane Noble Tavares, Ana Elisabeth Bohm Agostini e Luís Arnaldo Rigo, apresentam uma experiência pedagógica, oferecendo elementos para a compreensão, resolução de problemas e produção de objetos tangíveis, representativos da aprendizagem, como no caso específico, os robôs. Já a Maria de Lourdes da Silva com o capítulo intitulado “práticas educativas sobre medicamentos, álcool e outras drogas nos materiais paradidáticos” tem por objetivo analisar o material didático e paradidático produzido para o ensino básico nas últimas décadas no Brasil para observar a tipologia de questionamentos e problematizações contempladas neste material.

Em “Avaliação diagnóstica em escolas Indígenas: a aprendizagem da escrita em língua Kaingang nos anos iniciais do Ensino Fundamental”, Maria Christine Berdusco Menezes, Maria Simone Jacomini Novak e Rosangela Celia Faustino, relatam a avaliação diagnóstica na Educação Escolar Indígena como elemento que propicia ao professor, o acompanhamento permanente e a intensificação das estratégias interculturais de ensino, potencializando a aprendizagem escolar de crianças indígenas. Por sua vez, Hans Gert Rottmann, com trabalho “Educação Física: repensando as práticas pedagógicas em torno do esporte”, buscando analisar questões que tratam sobre o desenvolvimento do esporte nas aulas de educação física, e propor práticas pedagógicas e ações que possam estar vinculadas ao processo formativo e educacional dos alunos.

No artigo “e se a compreensão habitar as nossas responsabilidades? Escritas sobre auto-ética e escola em tempos de crise”, de Alan Willian de Jesus, questiona os sentidos e significados da noção ética de responsabilidade temos experienciado na escola atual em meio as normalizações, direitos humanos e a autonomia relativa que estamos imersos.

O capítulo “Inclusão: currículo e práticas pedagógicas”, de autoria de Maria Auxileide da Silva Oliveira e José Jailson de Almeida Júnior, abordam as proposições de uma educação para a diversidade, em uma perspectiva de um currículo e suas práticas pedagógicas voltado para o pós-estruturalismo. Já Larissa da Rocha Silva, Marcos Vinicius dos Santos Porto, Ana Leticia de Oliveira e Fagner Maciel de Moraes, com o capítulo intitulado “Jogo 2D evolução do planeta Terra”, apresentam um jogo

como objeto de aprendizagem, onde permite ao usuário jogar de acordo com o período, permitindo aprender de forma intuitiva o processo de evolução do Planeta Terra.

Já o “ensino de teatro e reinvenções da realidade: notas sobre experiência estética, docência e desenvolvimento humano”, Everton Ribeiro e José Francisco Quaresma Soares da Silva, discutem a vivência e o ensino de teatro na condição de experiência, relatando e fundamentando práticas voltadas para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Instituto Federal do Paraná, enquanto Kelly Cristina Pádua Bruzegueze Miguel e Evani Andreatta Amaral Camargo, com o trabalho “sala de recuperação intensiva: o processo de alfabetização e as implicações da prática avaliativa”, que objetiva-se analisar as relações que possibilitam a apropriação da língua escrita de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental de uma sala de recuperação intensiva, que apresentam dificuldades no processo de alfabetização, levando-se em conta as interações com a professora e com os pares, bem como o papel da avaliação nesse processo.

No capítulo “Discutindo o ensino de números complexos com professores e estudantes de matemática”, Cassiano Scott Puhl, Isolda Gianni de Lima e Laurete Zanol Sauer, apresentam uma estratégia didática aplicada a professores e estudantes de Matemática, com o objetivo de propiciar a aprendizagem significativa de números complexos, por meio de um objeto virtual de aprendizagem. Já Carine Aparecida Souza Bastos e Fábio Fernandes Flores apresentam uma discussão sobre “Universidade Aberta à Terceira Idade: um relato de experiência”, em que objetiva-se descrever ações realizadas no programa e suas repercussões na formação acadêmica da autora, durante o período de monitoria, além de delinear as contribuições da Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) na vida de seus integrantes.

No texto “infância e cidade: considerações sobre o brincar”, Elis Beatriz de Lima Falcão, Lorrana Neves Nobre e Nayara Santos Firmino, apresentam algumas reflexões acerca do brincar na contemporaneidade e suas relações com a infância e a cidade. Já no capítulo “desenho e escrita como instrumentos de avaliação na experimentação investigativa em um clube de Ciências”, Carlos Jose Trindade da Rocha, João Manoel da Silva Malheiro e Odete Pacubi Baierl Teixeira, fazem uma análise do uso da escrita e desenho infantil como instrumento de avaliação do conhecimento científico desenvolvidos em uma Sequência de Ensino Investigativo (SEI), tendo como campo empírico um Clube de Ciências envolvendo trinta crianças do 5º e 6º ano com vulnerabilidade social.

Jamila Nascimento Pontes e Rafaela da Silva de Lima em “o ensino de Arte no Acre desafios e conquistas”, abordam as diferentes relações, conexões e espaços em que o ensino de Artes se efetiva, sobre tudo no estado do Acre, pois mesmo com a obrigatoriedade da disciplina e oferta de cursos de formação de professores, este ensino ainda está à margem, uma vez que é ministrado por professores sem graduação específica e em espaços inadequados. Em “a Geografia na Educação de

Jovens e Adultos: estudo de caso em uma escola da zona leste de Manaus (AM)”, Jaqueline do Espírito Santo Soares dos Santos e Márcio Silveira Nascimento, buscam compreender os critérios e os recursos utilizados na Geografia para a Educação de Jovens e Adultos e verificar as possíveis formas de avaliação para esse público com o intuito de aproximar suas experiências ao ensino de Geografia.

Em “prática do trabalho interdisciplinar na área de Ciências da Natureza e Matemática na Escola Municipal Nova Canaã, Jacundá-Pará”, Gláucia de Sousa Moreno e Fabrício Araújo Costa, discutem o trabalho pedagógico em escolas do campo a partir de uma perspectiva interdisciplinar, pautada nos princípios pedagógicos freirianos com o intuito de possibilitar reflexões, mudanças pedagógicas, didáticas e curriculares na Escola Municipal Nova Canaã. Já Tania Chalhub, Ricardo Janoario e Gabriel Oliveira da Silva, apresentam materiais didáticos em Libras para a educação de surdos, através do Repositório Digital Huet, que contém textos, vídeos, imagens, simulações, animações, produzidos pela instituição e por outras instituições que trabalham com a temática educação de surdos, no capítulo “repositório de objetos digitais e a práxis pedagógica com alunos surdos”.

Em “tema água em espaços não formais: possibilidades de aprendizagem em Ciências”, Priscila Eduarda D. Morhy, Augusto Fachín Terán e Ana Paula Melo Fonseca, abordam o tema água em espaços não formais como possibilidade de aprendizagem em Ciências, visto que é um recurso natural que tem impacto direto na qualidade e bem-estar do meio ambiente e da vida no planeta Terra. Assim, descrevem as possibilidades de trabalhar o tema água em Espaços Não Formais. O capítulo “a práxis docente e sua importância na elaboração de práticas pedagógicas no ensino da Matemática de forma interdisciplinar”, com autoria de Teane Frota Ribeiro, demonstra as estratégias de aprendizagem, inserindo a matemática de forma interdisciplinar, através de um projeto desenvolvido, de modo a contribuir com resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Mariana de Oliveira Wayhs, Enedina Maria Teixeira da Silva, Fernanda Bertollo Costa e Diego Eduardo Dill, no capítulo “Inatecsocial: a assessoria de comunicação em outra perspectiva” focalizam em uma socialização da tríade comunicação, educação e cidadania, para o fazer do Assessor de Comunicação, que traz novas dimensões para a amplitude e importância do seu papel. No texto “revisão sistemática sobre Sala de Aula Invertida na produção científica indexada ao scopus nos anos de 2016 e 2017”, com autoria de Ernane Rosa Martins e Luís Manuel Borges Gouveia, identificar e caracterizar, por meio de uma revisão sistêmica de literatura, os estudos sobre Sala de Aula Invertida indexados ao Scopus nos anos 2016 e 2017.

No texto “a pesquisa sobre práticas metodológicas inovadoras: base à educação inclusiva”, Maria Aparecida Santana Camargo, Rosane Rodrigues Felix e Ieda Márcia Donati Linck, defendem a ideia de que é fundamental pesquisar a respeito de propostas metodológicas inovadoras para poder melhorar os índices educacionais existentes no país, em especial na Educação de Jovens e Adultos.

Em a “educação em saúde sob a ótica do enfermeiro”, Halana Batistel Barbosa, Marta Angélica Iossi Silva e Franciele Foschiera Camboin, buscaram compreender a percepção de enfermeiros acerca da educação em saúde na atenção básica por meio de um estudo exploratório e qualitativo, do qual participaram 19 enfermeiros, enquanto, Débora da Silva Cardoso e Elcie Salzano Masini, pelo artigo intitulado “aprendizagem significativa na Educação Infantil: o corpo em movimento”, abordam a percepção desde a primeira infância como pressuposto essencial para a aprendizagem significativa da criança no processo de aprendizagem, com passagens de uma experiência vivida em uma escola de educação infantil e a construção de aprendizagens ocorridas em vivências entre professores e alunos.

Maria Aparecida Ferreira de Paiva, Andréia Maria de Oliveira Teixeira, Márcia Regina Corrêa Negrim e Andréa Rizzo dos Santos, autores do capítulo “avaliação escolar dos alunos público alvo da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental”, trazem reflexões acerca das concepções envolvidas no processo de escolarização dos alunos público alvo da Educação Especial (PAEE) e de como a avaliação ocorre nas salas de aula, suscitando direcionamentos pedagogicamente possíveis e atrelados à concretização de práticas mediadoras inclusivas e significativas para todos os envolvidos neste processo. Já o capítulo “Educação Especial nas escolas do campo em um município de Mato Grosso do Sul”, com autoria de Rosa Alessandra Rodrigues Corrêa e Andressa Santos Rebelo, apresentam dados qualitativos e quantitativos para caracterizar alguns aspectos da educação especial do campo no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Em “a criação de vínculos à mobilização social a partir da práxis comunicativa e educacional”, Fabiane da Silva Veríssimo, Ieda Márcia Donati Linck e Rosane Rodrigues Felix, apresentam a importância da comunicação à educação em projetos de mobilização social, além de descrever o modo com que estratégias de comunicação adotadas em um projeto de pesquisa participante contribuíram para a adesão dos participantes do estudo intitulado ‘Mulheres em situação de violência: práticas dos profissionais em Estratégia Saúde da Família’. João Paulo Vicente da Silva, autor do texto “Educação Física adaptada: um relato sobre a proposta de intervenção pedagógica para alunos com Paralisia Cerebral”, descreve as contribuições sobre a intervenção pedagógica nas aulas de educação física adaptada, realizada com dois estudantes com idade de 14 e 15 anos, ambos diagnosticados com paralisia cerebral e matriculados na rede municipal de educação de Extremoz-RN.

Já no capítulo “a experimentação nos anos iniciais do Ensino Fundamental: percepções de professores que ensinam Ciências”, Antonia Ediele de Freitas Coelho e João Manoel da Silva Malheiro investigaram a concepção de experimentação segundo a percepção de cinco professoras de Ciências dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública de Castanhal-PA. Angela Pereira de Novais Rodrigues e Lilian Giacomini Cruz, autoras do capítulo “a pedagogia histórico-crítica no ensino de Ciências: uma proposta didática para auxiliar no desenvolvimento do

tema ‘ser humano e saúde’”, apresentaram uma proposta didática para trabalhar o tema “Ser Humano e Saúde”, enfatizando a Sexualidade e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), realizada com alunos do oitavo ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública estadual do município de Ivinhema - MS.

O texto “Ferramenta web educacional para metodologia de aprendizagem baseada em problemas”, de Filipe Costa Batista Boy, Letícia Silva Garcia e Luís Fernando Fortes Garcia, elaboraram uma revisão de literatura sobre Aprendizagem Baseada em Problemas e pelo desenvolvimento de uma ferramenta web educacional que auxilie o professor na aplicação dessa metodologia em sala de aula. Já em “a dança das borboletas: uma experiência de criação de sentidos na Educação Infantil”, Ana Catharina Urbano Martins de Sousa Bagolan, Sára Maria Pinheiro Peixoto e Uiliete Márcia Silva de Mendonça Pereira, desenvolveram sequências didáticas na Educação Infantil para ampliar o repertório de comunicação e expressão cultural das crianças; criar movimentos a partir de observações do voo da borboleta e emitir impressões, sentimentos, conhecimentos sobre a dança.

Kleonara Santos Oliveira, André Lima Coelho, Fausta Porto Couto, Ricardo Franklin de Freitas Mussi, Naiara do Prado Souza, Aparecida de Fátima Castro Brito e Vera Lúcia Rodrigues Fernandes, autores de “jogos digitais na escola regular: desafios e possibilidades para a prática docente”, apresentaram reflexões, a partir das produções acadêmicas acerca dos jogos digitais, quais as possibilidades e desafios para a prática do professor, enquanto instrumento de ensino e aprendizagem no contexto escolar, a partir de uma revisão integrativa da literatura, seguindo uma abordagem qualitativa. O capítulo “a utilização de jogos matemáticos na turma do 5º ano da Escola Municipal Carlos Raimundo Rodrigues no município de Boa Vista”, Elizania de Souza Campos, Sandorlene Oliveira da Cruz, Maria do Carmo dos Santos Teixeira, Rute Costa Lima e Edgar Wallace de Andrade Valente, em que apresentam importância da utilização de jogos matemáticos em sala de aula e, em outro momento, a aplicação de uma atividade (jogo) em uma turma de 5º ano da Escola Municipal e alunos monitores do Ensino Médio.

Ana Carolina Fernandes Gonçalves, autora do capítulo “o ‘jogo da democracia’: transformando a aula em uma experiência”, é o resultado da aplicação de uma ferramenta pedagógica elaborada para criar uma situação de aprendizagem colaborativa e dinâmica do debate como um gênero textual. Com esse intuito, foi desenvolvido um jogo de simulação, fundamentado na dinâmica da democracia de consenso, no qual os participantes precisavam resolver uma situação-problema de caráter econômico, social ou cultural, semelhantes às enfrentadas pelos jovens em sua vida real. Já o texto “a abordagem dos poliedros platônicos nos livros didáticos: uma análise sobre sua potencialidade significativa”, com autoria de Nádja Dornelas Albuquerque, Maria Aparecida da Silva Rufino e José Roberto da Silva, analisaram a potencialidade significativa dos livros didáticos do 6º e/ou 7º ano do Ensino Fundamental, no que se refere a contextualização e informação do tema poliedros

platônicos.

Em “o Ensino da Bioquímica através da composição musical”, Gabriel Soares Pereira visa a elucidação de uma intervenção pedagógica realizada a fim de potencializar a apreensão dos saberes acerca da bioquímica. Já Almir Tavares da Silva, autor de “leitura, pesquisa e encenação: a literatura dramática e seu contexto histórico na sala de aula”, ao desenvolver um trabalho que envolveu a leitura, pesquisa, contextualização histórica de peças teatrais e encenação com os alunos do 1º ano do Ensino Médio, cujo objetivo foi conhecer a vida e obra dos dramaturgos brasileiros e relacionar os conflitos das personagens com o contexto histórico que o Brasil viveu no século XX.

O texto “a química da água: caso lago da Perucaba”, Fabiana dos Santos Silva, Milka Bruna Santos da Silva, Wanessa Padilha Barbosa Nunes e Silvia Helena Cardoso, apresentam os resultados de uma atividade investigativa tendo como foco a educação ambiental e o ensino de química, para isso foi realizada a análise de alguns parâmetros físico-químicos na água do Lago da Perucaba, localizado na região agreste do estado de Alagoas, para a obtenção de um diagnóstico prévio da qualidade da água, tendo a finalidade de verificar se estes estão de acordo com os padrões estabelecidos pelo CONAMA. Já no artigo “o Pequeno Príncipe em um planeta de múltiplas linguagens”, de Gabriela Huth, Elisandra Dambros e Márcia Rejane Scherer, relatam um projeto desenvolvido por professoras da rede municipal de uma escola urbana de Ijuí, RS, além de trazerem reflexões sobre os desafios e possibilidades presentes na atuação cotidiana destas professoras que, em seu fazer pedagógico, preocupam-se em tornar significativos às crianças os conceitos e conteúdos trabalhados com este grupo dos Anos Iniciais.

O livro do Volume 2 conta com inúmeras práticas educativas na educação infantil, ensino fundamental e médio, além do ensino superior, com relevantes contribuições para a Coletânea “Formação, Práticas e Pesquisa em Educação”. Esse volume ajuda a demonstrar a diversidade de atividades desenvolvidas no nosso país que contribuem para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, fazendo-nos refletir sobre nossas práticas educacionais.

Desejamos uma ótima leitura!

Prof. Mestre Maurício Rizzatti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GER: GRUPO DE ESTUDOS EM ROBÓTICA, MULTIPLICANDO CONHECIMENTOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PORTO ALEGRE	
<i>Mara Rosane Noble Tavares</i> <i>Ana Elisabeth Bohm Agostini</i> <i>Luís Arnaldo Rigo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9141903091	
CAPÍTULO 2	13
PRÁTICAS EDUCATIVAS SOBRE MEDICAMENTOS, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NOS MATERIAIS PARADIDÁTICOS	
<i>Maria de Lourdes da Silva (UERJ)</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9141903092	
CAPÍTULO 3	27
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM ESCOLAS INDÍGENAS: A APRENDIZAGEM DA ESCRITA EM LÍNGUA KAINGANG NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Maria Christine Berdusco Menezes</i> <i>Maria Simone Jacomini Novak</i> <i>Rosângela Célia Faustino</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9141903093	
CAPÍTULO 4	39
EDUCAÇÃO FÍSICA: REPENSANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM TORNO DO ESPORTE	
<i>Hans Gert Rottmann</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9141903094	
CAPÍTULO 5	52
E SE A COMPREENSÃO HABITAR AS NOSSAS RESPONSABILIDADES? ESCRITAS SOBRE AUTO-ÉTICA E ESCOLA EM TEMPOS DE CRISE	
<i>Alan Willian de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9141903095	
CAPÍTULO 6	63
INCLUSÃO: CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
<i>Maria Auxileide da Silva Oliveira</i> <i>José Jailson de Almeida Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9141903096	
CAPÍTULO 7	74
JOGO 2D EVOLUÇÃO DO PLANETA TERRA	
<i>Larissa da Rocha Silva</i> <i>Marcos Vinicius dos Santos Porto</i> <i>Ana Leticia de Oliveira</i> <i>Fagner Maciel de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9141903097	

CAPÍTULO 8	81
ENSINO DE TEATRO E REINVENÇÕES DA REALIDADE: NOTAS SOBRE EXPERIÊNCIA ESTÉTICA, DOCÊNCIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO	
<i>Everton Ribeiro</i>	
<i>José Francisco Quaresma Soares da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9141903098	
CAPÍTULO 9	95
SALA DE RECUPERAÇÃO INTENSIVA: O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES DA PRÁTICA AVALIATIVA	
<i>Kelly Cristina Pádua Bruzegueze Miguel</i>	
<i>Evani Andreatta Amaral Camargo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9141903099	
CAPÍTULO 10	104
DISCUTINDO O ENSINO DE NÚMEROS COMPLEXOS COM PROFESSORES E ESTUDANTES DE MATEMÁTICA	
<i>Cassiano Scott Puhl</i>	
<i>Isolda Gianni de Lima</i>	
<i>Laurete Zanol Sauer</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030910	
CAPÍTULO 11	116
UNIVERSIDADE ABERTA Á TERCEIRA IDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Carine Aparecida Souza Bastos</i>	
<i>Fábio Fernandes Flores</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030911	
CAPÍTULO 12	127
INFÂNCIA E CIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O BRINCAR	
<i>Elis Beatriz de Lima Falcão</i>	
<i>Lorrana Neves Nobre</i>	
<i>Nayara Santos Firmino</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030912	
CAPÍTULO 13	138
DESENHO E ESCRITA COMO INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA EXPERIMENTAÇÃO INVESTIGATIVA EM UM CLUBE DE CIÊNCIAS	
<i>Carlos Jose Trindade da Rocha</i>	
<i>João Manoel da Silva Malheiro</i>	
<i>Odete Pacubi Baierl Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030913	
CAPÍTULO 14	152
O ENSINO DE ARTE NO ACRE DESAFIOS E CONQUISTAS	
<i>Jamila Nascimento Pontes</i>	
<i>Rafaela da Silva de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030914	

CAPÍTULO 15	160
A GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)	
<i>Jaqueline do Espírito Santo Soares dos Santos</i>	
<i>Márcio Silveira Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030915	
CAPÍTULO 16	171
PRÁTICA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA CANAÃ, JACUNDÁ-PARÁ	
<i>Glaucia de Sousa Moreno</i>	
<i>Fabrício Araújo Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030916	
CAPÍTULO 17	183
REPOSITÓRIO DE OBJETOS DIGITAIS E A PRÁXIS PEDAGÓGICA COM ALUNOS SURDOS	
<i>Tania Chalhub</i>	
<i>Ricardo Janoario</i>	
<i>Gabriel Oliveira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030917	
CAPÍTULO 18	191
O TEMA ÁGUA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM EM CIÊNCIAS	
<i>Priscila Eduarda D. Morhy</i>	
<i>Augusto Fachín Terán</i>	
<i>Ana Paula Melo Fonseca</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030918	
CAPÍTULO 19	200
A PRÁXIS DOCENTE E SUA IMPORTÂNCIA NA ELABORAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA DE FORMA INTERDISCIPLINAR	
<i>Teane Frota Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030919	
CAPÍTULO 20	211
INATECSOCIAL: A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO EM OUTRA PERSPECTIVA	
<i>Mariana de Oliveira Wayhs</i>	
<i>Enedina Maria Teixeira da Silva</i>	
<i>Fernanda Bertollo Costa</i>	
<i>Diego Eduardo Dill</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030920	
CAPÍTULO 21	222
REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE SALA DE AULA INVERTIDA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INDEXADA AO SCOPUS NOS ANOS DE 2016 E 2017	
<i>Ernane Rosa Martins</i>	
<i>Luís Manuel Borges Gouveia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030921	

CAPÍTULO 22	232
A PESQUISA SOBRE PRÁTICAS METODOLÓGICAS INOVADORAS: BASE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
<i>Rosane Rodrigues Felix</i>	
<i>Ieda Márcia Donati Linck</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030922	
CAPÍTULO 23	241
EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOB A ÓTICA DO ENFERMEIRO	
<i>Halana Batistel Barbosa</i>	
<i>Marta Angélica Iossi Silva</i>	
<i>Franciele Foschiera Camboin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030923	
CAPÍTULO 24	248
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CORPO EM MOVIMENTO	
<i>Débora da Silva Cardoso</i>	
<i>Elcie Salzano Masini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030924	
CAPÍTULO 25	259
AVALIAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Maria Aparecida Ferreira de Paiva</i>	
<i>Andréia Maria de Oliveira Teixeira</i>	
<i>Márcia Regina Corrêa Negrin</i>	
<i>Andréa Rizzo dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030925	
CAPÍTULO 26	271
EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DO CAMPO EM UM MUNICÍPIO DE MATO GROSSO DO SUL	
<i>Rosa Alessandra Rodrigues Corrêa</i>	
<i>Andressa Santos Rebelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030926	
CAPÍTULO 27	279
A CRIAÇÃO DE VÍNCULOS À MOBILIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA PRAXIS COMUNICATIVA E EDUCACIONAL	
<i>Fabiane da Silva Veríssimo</i>	
<i>Ieda Márcia Donati Linck</i>	
<i>Rosane Rodrigues Felix</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030927	

CAPÍTULO 28	291
EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: UM RELATO SOBRE A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL	
<i>João Paulo Vicente da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030928	
CAPÍTULO 29	298
A EXPERIMENTAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES QUE ENSINAM CIÊNCIAS	
<i>Antonia Ediele de Freitas Coelho</i>	
<i>João Manoel da Silva Malheiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030929	
CAPÍTULO 30	312
A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO DO TEMA “SER HUMANO E SAÚDE”	
<i>Ângela Pereira de Novais Rodrigues</i>	
<i>Lilian Giacomini Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030930	
CAPÍTULO 31	322
FERRAMENTA WEB EDUCACIONAL PARA METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS	
<i>Filipe Costa Batista Boy</i>	
<i>Letícia Silva Garcia</i>	
<i>Luís Fernando Fortes Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030931	
CAPÍTULO 32	333
A DANÇA DAS BORBOLETAS: UMA EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DE SENTIDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Ana Catharina Urbano Martins de Sousa Bagolan</i>	
<i>Sára Maria Pinheiro Peixoto</i>	
<i>Uliete Márcia Silva de Mendonça Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030932	
CAPÍTULO 33	343
JOGOS DIGITAIS NA ESCOLA REGULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DOCENTE	
<i>Kleonara Santos Oliveira</i>	
<i>André Lima Coelho</i>	
<i>Fausta Porto Couto</i>	
<i>Ricardo Franklin de Freitas Mussi</i>	
<i>Naiara do Prado Souza</i>	
<i>Aparecida de Fátima Castro Brito</i>	
<i>Vera Lúcia Rodrigues Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030933	

CAPÍTULO 34	351
A UTILIZAÇÃO DE JOGOS MATEMÁTICOS NA TURMA DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL CARLOS RAIMUNDO RODRIGUES NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA	
<i>Elizania de Souza Campos</i>	
<i>Sandorlene Oliveira da Cruz</i>	
<i>Maria do Carmo dos Santos Teixeira</i>	
<i>Rute Costa Lima</i>	
<i>Edgar Wallace de Andrade Valente</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030934	
CAPÍTULO 35	361
O “JOGO DA DEMOCRACIA”: TRANSFORMANDO A AULA EM UMA EXPERIÊNCIA*	
<i>Ana Carolina Fernandes Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030935	
CAPÍTULO 36	366
A ABORDAGEM DOS POLIEDROS PLATÔNICOS NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE SUA POTENCIALIDADE SIGNIFICATIVA	
<i>Nádja Dornelas Albuquerque</i>	
<i>Maria Aparecida da Silva Rufino</i>	
<i>José Roberto da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030936	
CAPÍTULO 37	377
O ENSINO DA BIOQUÍMICA ATRAVÉS DA COMPOSIÇÃO MUSICAL	
<i>Gabriel Soares Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030937	
CAPÍTULO 38	382
LEITURA, PESQUISA E ENCENAÇÃO: A LITERATURA DRAMÁTICA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO NA SALA DE AULA	
<i>Almir Tavares da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030938	
CAPÍTULO 39	385
A QUÍMICA DA ÁGUA: CASO LAGO DA PERUCABA	
<i>Fabiana dos Santos Silva</i>	
<i>Milka Bruna Santos da Silva</i>	
<i>Wanessa Padilha Barbosa Nunes</i>	
<i>Silvia Helena Cardoso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030939	
CAPÍTULO 40	389
O PEQUENO PRÍNCIPE EM UM PLANETA DE MÚLTIPLAS LINGUAGENS	
<i>Gabriela Huth</i>	
<i>Elisandra Dambros</i>	
<i>Márcia Rejane Scherer</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030940	

CAPÍTULO 41	393
DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS E O CONSTITUIR-SE PROFESSOR DE MATEMÁTICA	
<i>Renata Camacho Bezerra</i>	
<i>Luciana Del Castanhel Peron</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030941	
CAPÍTULO 42	399
AVALIAÇÃO - FONTE PARA A CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E IMPACTO NOS RESULTADOS DOS ALUNOS	
<i>Maria Eny Leandro Picozzi</i>	
<i>Ligia Gomes Elliot</i>	
DOI 10.22533/at.ed.91419030942	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	412
ÍNDICE REMISSIVO	413

PRÁTICAS EDUCATIVAS SOBRE MEDICAMENTOS, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NOS MATERIAIS PARADIDÁTICOS

Maria de Lourdes da Silva (UERJ)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro –
UERJ/Faculdade de Educação Departamento de
Ciências Sociais e Educação – DCSE
Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é analisar o material didático e paradidático produzido para o ensino básico nas últimas décadas no Brasil para observar a tipologia de questionamentos e problematizações contempladas neste material. Nosso referencial teórico apoia-se no dialogismo de Bakhtin (1986); no conceito de circularidade cultural de Ginzburg (2006) e nas problematizações sobre produção editorial e formação de leitores de Chartier (1991). A hipótese é a de que a predominância da abordagem da abstinência às drogas destes livros inviabilize o nível de conhecimento dos docentes/discentes a respeito dos debates travados neste campo da pesquisa, comprometa as possibilidades de reflexão de docentes e discentes, empobreça o espaço de discussão, contradiga os PCN e inviabilize a execução de uma política educacional de drogas voltadas às reais necessidades da sociedade e da escola. Parte da resistência dos professores, pais e alunos para debater o tema se deve aos modos como historicamente esses saberes estão estruturados e como têm circulado pela

sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Drogas, material didático, paradidáticos.

EDUCATIONAL PRACTICES ON MEDICINES, ALCOHOL AND OTHER DRUGS IN PARADIDATIONAL MATERIALS

ABSTRACT: The objective of this research is to analyze the didactic and paradidactic material produced for the basic education in the last decades in Brazil to observe the typology of questionings and problematizations contemplated in this material. Our theoretical framework is based on the dialogism of Bakhtin (1986); in the concept of cultural circularity of Ginzburg (2006) and in the problematizations on editorial production and reader training of Chartier (1991). The hypothesis is that the predominance of the drug abstinence approach in these books impedes the level of knowledge of the teachers / students regarding the debates in this field of research, compromises the possibilities of reflection of teachers and students, impoverishes the space for discussion, contradict the National Curricular Parameters and prevent the execution of an educational policy of drugs directed to the real needs of society and school. Part of the resistance of teachers, parents and students to discuss the theme is due to the ways in which these knowledges are historically structured and how

they have circulated throughout society.

KEYWORDS: Education, Drugs, didactic material, paradidáticos.

1 | INTRODUÇÃO

O tema das drogas constitui uma das questões que mais inquietam os educadores e a realidade social cada vez mais reclama desses profissionais um posicionamento a respeito. Entretanto, a maioria dos educadores se abstém de tratar do assunto em sala de aula, seja por insegurança, desconforto com o tema, seja porque a ilegalidade de uma parte das substâncias psicoativas crie constrangimentos ao debate no espaço da escola. Os livros didáticos e paradidáticos têm sido pensados, já há algumas décadas, como um importante aliado dos educadores na condução de atividades voltadas à questão, porque se encarregam de oferecer arcabouço teórico-conceitual e contexto exemplos capazes de deflagrar discussões e mobilizar para ações concretas de interferência em espaços onde o tema requer atenção. O presente trabalho traz resultados parciais da pesquisa “Materiais didáticos e paradidáticos sobre medicamentos, álcool e outras drogas para o ensino básico: abordagens, linhas de ação e finalidades”. Essa pesquisa perpassa as três frentes da ação universitária, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão. O recorte aqui apresentado diz respeito ao trabalho desenvolvido no âmbito de uma disciplina eletiva oferecida em um curso universitário de formação de professores para as séries iniciais e Escolas Normais. A experiência aqui trazida resulta das atividades da disciplina, descritas a seguir.

Em 2016, dei início a uma disciplina eletiva voltada à reflexão sobre o consumo, presença e compreensão vigente sobre medicamentos, álcool e outras drogas no universo institucional escolar na perspectiva da história da educação, objetivando analisar como tais eventos impactaram/impactam esse cotidiano. Entre as atividades propostas no programa do curso estava a de trazer materiais didáticos e paradidáticos sobre o tema para analisá-los na sala-de-aula. No decorrer deste curso e com a ajuda dos alunos, identificamos uma farta oferta de material didático e paradidático sobre o tema das drogas, publicado ao longo das últimas décadas. Porém, no material publicado depois de 1997, observamos que as abordagens não coadunavam com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN ou da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Observamos que a quase totalidade deles apresentava tom ameaçador e repressor em seus discursos, pregando a abstinência como única alternativa de convivência com as drogas ilícitas, enquanto adotavam um tom complacente com relação às drogas lícitas, colocando a responsabilidade do consumo de drogas nas “escolhas ruins” individuais, enaltecendo o princípio do livre arbítrio. Na amostra analisada nas aulas, observamos que esses materiais praticamente seguiam um mesmo roteiro: 1 – classificação das drogas segundo critérios precisos: origem (natural ou sintética), estatuto jurídico (legal-ilegal) e ação

no sistema nervoso central-SNC (depressoras, estimulantes ou perturbadoras); 2 – descrição dos efeitos das drogas no organismo, no SNC e suas implicações para a saúde e a vida social; 3 – proposta de prevenção pela via única da abstinência; 4 – associação entre consumo de drogas com violência e criminalidade, desorganização familiar e social, instabilidade emocional e psíquica; 5 – correspondência entre autoestima, autoconhecimento e autopreservação com capacidade de resistir às drogas, colocando os consumidores que apresentam uso problemático e/ou indevido de drogas como fracos e/ou covardes, incapazes.

Uma hipótese levantada durante esse curso e mantida em suas edições seguintes foi a de que parte da resistência dos professores, pais e até alunos para debater o tema se devesse aos modos como historicamente esses saberes e conhecimentos estão estruturados e têm circulado pela sociedade. Apesar do quanto avancem os conhecimentos e pesquisas científicas sobre a temática, apesar do que se veicule nos meios de comunicação de massa e na internet, se eles não chegam aos materiais didáticos e paradidáticos destinados aos espaços de ensino enquanto representantes das várias vozes em circulação na sociedade, vozes essas que configuram o debate atual no qual está enredada a temática, sobretudo no que diz respeito a educação, eles não se tornam conhecidos, não ampliam o conjunto dos participantes do debate, e não têm oportunidade de se legitimarem e não se estabelecerem como verdades, como realidades possíveis de serem construídas. A confirmação dessa hipótese viria da análise dos livros trazidos pelos alunos ao final de cada edição do curso e será apresentada ao final desse trabalho.

Ao refletir sobre a baixa aderência dos educadores ao que propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN, esse trabalho problematiza livros paradidáticos sobre o tema, notadamente, aqueles trazidos pelos alunos para discussão em sala de aula, traçando um diálogo entre esses distintos materiais através dos seus enunciados. Observamos que esse material reitera uma política cultural conduzida por uma agenda que tem ignorado a orientação dessa legislação, resistido ao debate e perpetuado princípios segregadores e discricionários, impedindo aprofundamento de questões como o excesso de diagnósticos ligados às disciplinas psis no ambiente escolar e à criminalização das condutas dos escolares. Apoiado no referencial teórico-metodológico da análise de discurso, esse trabalho investiga tais livros enquanto repertórios discursivos que põem em prática e reforçam sentidos e representações sobre o tema. Com base no conceito de dialogia (BAKHTIN, 1987) e de um dos mais promissores conceitos advindos da obra bakhtiniana, o conceito de circularidade cultural (GUINZBURG, 2006), e dos fundamentos da formação da indústria livreira e de editoração (CHARTIER, 1991) caminhamos na problematização quanto a validação dos conteúdos dos livros aqui analisados, assim como o alcance e impacto desses no meio social. Para tanto, antecedemos essa análise com a exposição dos conceitos-chave dos referenciais teórico-metodológicos que orientam essa pesquisa de natureza qualitativa e baseada na análise de discurso.

2 | CONTEXTO LEGAL E SOCIOCULTURAL

As legislações sobre drogas no Brasil, iniciadas em 1921, cuidaram de associar o uso de drogas ao paradigma médico-jurídico, o que implica dizer que os casos de uso e comércio de drogas ou se configuram como questão que envolve ação criminosa, ou que demanda tratamento clínico ou ambas. Desde as primeiras leis brasileiras sobre drogas já estava apontada a internação, compulsória ou não, como medida legítima de intervenção para cessar o uso problemático de drogas e a “drogadição”, concepção do usuário de substâncias psicoativas do início do século XX, de forte apelo moralista (SILVA, 2015).

A Lei nº 6.368 de 1976, impõe diferenciação entre traficante e usuário, com penas mais duras aos primeiros e internação compulsória ao segundo, desde que caracterizado quadro de dependência.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, publicados em 1998, destinam parte importante do volume 10.4, dedicado ao tema transversal saúde, às formas de abordagens sobre as drogas nas escolas. Ainda no volume 1, Introdução aos PCN, vemos a demarcação da experiência das drogas entre os jovens como parte constitutiva da formação identitária e do processo de desenvolvimento da sociabilidade. Os PCN têm uma proposta de tratar o tema das drogas bastante aberta às diferentes possibilidades de experiências, de modo que discentes e docentes possam tratar da temática considerando a complexidade que o tema exige, incentivando debates, esclarecimentos e promovendo a divulgação de informações e dos conhecimentos científicos recentemente produzidos. É bastante significativo que os PCN façam afirmações como as transcritas abaixo, as quais ainda hoje fomentam polêmicas e resistências, especialmente, se levarmos em conta o ano dessa publicação:

- 1 – Admitem, para crianças e jovens, que as drogas estão entre as sociedades humanas desde tempos imemoriais proporcionando prazer;
- 2 – Dão grande importância ao papel do professor e da instituição escolar na *promoção do debate* e na formação de novos entendimentos e posturas sobre o tema, cultivados no ambiente escolar;
- 3 – Incentivam o protagonismo dos alunos, reconhecendo a realidade social e emocional destes, dando-lhes condições para que sejam considerados no ambiente escolar.

De modo mais explícito, a Lei de Drogas 11.343, de 2006, “cria o Instituto do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas” (BRASIL, 2006). O Sisnad foi pensado para promover ações que impliquem rechaço ao tráfico de drogas e promova programas de educativos e de prevenção ao uso indevido de drogas, de modo efetivar a recuperação dos dependentes e daqueles que fazem uso problemático com disseminação de conhecimentos e informações

sobre as drogas. Dos artigos dessa, que é a atual Lei de drogas do país, destacamos o que se segue:

Art. 18. Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I – o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;

II – a adoção de conceitos objetivos e de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de evitar preconceitos e estigmatização das pessoas e dos serviços que as atendam;

III – o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas; (...)

X – o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;

XI – a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas; (BRASIL, 2006).

Conforme se vê, essa lei considera a disseminação de conhecimentos sobre cientificamente embasados como parte importante da política de educação preventiva por ela preconizada, além de considerar políticas de formação continuada aos profissionais da educação nos três níveis de ensino.

Embora os PCN, assim como atual lei de drogas coloquem a temática das drogas entre os conteúdos escolares, o fato é que, ao longo dessas pouco mais de duas décadas que nos separam do lançamento dos PCN, drogas, medicamentos e álcool permanecem recebendo, no ambiente escolar, tratamento pontual ou esporádico. Do mesmo modo, os cursos de formação de professores não incluem o tema como parte dos conteúdos formativos. E quando constam, são, no mais das vezes, alvo de discriminações e preconceitos também nesses espaços, denunciando seletividade e hierarquia entre os temas pesquisados nas universidades, notadamente, na área da educação.

Esse tratamento é agravado pelo modo diferenciado com que essas drogas são tratadas segundo seu estatuto legal nos espaços escolares, desde a escola básica à universidade. As drogas legais, costumam receber um tratamento complacente e tolerante, enquanto as drogas ilegais costumam ser duramente recriminadas. Em que pese o fato das universidades terem desenvolvido certa tolerância com o consumo da cannabis pelos estudantes e o crescente consumo no ambiente universitário da substância metilfenidato, considerada um estimulante conhecido por potencializar períodos de vigília, permitindo a execução de estudos e tarefas. O fato de ser uma droga de uso controlado não impede seu consumo fora desses marcos, podendo-se

comprar a substância pela internet com direito a serviço *delivery*.

Mesmo drogas legais, como álcool e tabaco, recebem tratamento desigual. O tabaco foi alvo de campanhas de prevenção nas últimas décadas, pautadas na abstinência, que resultaram em efetiva diminuição do consumo da substância no país. Quando comparada à queda no consumo do álcool, observa-se que este teve uma diminuição bem menos significativa no mesmo período, conforme mostram os dados da última pesquisa sobre drogas realizada pela Fiocruz, em 2016 (CASA DA DEMOCRACIA, 2019).

Outro agravante sobre a temática das drogas no ambiente escolar é o fato delas permanecerem não sendo abordadas pelos profissionais da educação, que preferem trazer “especialistas” para tratar da questão por não se sentirem confortáveis ou confiantes para tratar do tema. Ou porque não querem se envolver com essa questão. Assim, temos, de um lado, tolerância com as drogas lícitas, tais como tabaco, café, medicamentos e o próprio álcool e, de outro, intolerância, repressão e punição para as drogas ilícitas (COELHO, TAMIASO-MARTINHON e SOUSA, 2017; MONTEIRO e COELHO, 2018; FIGUEIREDO, 2017, CAVALLARI, 2017).

Ainda segundo Regina Figueiredo,

Adotando a regulação da mídia e, posteriormente, a legislação de proteção às crianças e adolescentes quanto aos malefícios do consumo das drogas, as estratégias educacionais passaram a adotar “por transferência” o discurso da abstinência. Campanhas veiculadas há mais de 20 anos, como “Droga Mata”, passaram a fazer parte de instituições que têm alcance com o público infanto-juvenil, como associações beneficentes, clubes, grupos da sociedade civil e, atualmente, organizações não-governamentais. O discurso ganhou defensores médicos e educadores (FIGUEIREDO, 2017, p. 330).

Outras pesquisas já apontaram que os professores preferem não tratar de questões relacionadas ao álcool, medicamentos e outras drogas, a despeito do quanto elas impactam o cotidiano escolar (COELHO, TAMIASO-MARTINHON e SOUSA, 2017; COELHO e MONTEIRO, 2018; SILVA, 2019).

Apesar dessa conjuntura normativa favorável ao desenvolvimento de ações pautadas na disseminação de conhecimentos científicos e na problematização dos múltiplos aspectos envolvidos na questão, as escolas ainda não se apropriaram da discussão e, as poucas a abordarem o tema, o fazem pela lógica dos programas que pregam repressão, criminalização, amedrontamento e punição a toda e qualquer questão relacionada às drogas ilícitas. Um dado que reforça esse fato é a permanência na adoção de determinados livros paradidáticos pelas escolas, conforme vemos a seguir.

3 | PROBLEMATIZANDO O TEMA

No empreendimento dos materiais didáticos/paradidáticos é comum desprezar a leitura como uma prática concreta de procedimentos de interpretação que se realiza, necessariamente, na relação com a exterioridade do leitor (CHARTIER, 1998, p. 11-12), para considerá-la, sem embasamento empírico, como capaz de transmitir conceitos e valores intencionados pelo autor/editor com a garantia de compreensão e retenção desses pelo leitor. Não são histórias que estimulam a reflexão ou exigem de seus leitores uma participação subjetiva na composição da verossimilhança da narrativa, possibilitando várias interpretações. Normalmente o enredo é linear, descritivo e sem detalhes cuja interpretação final que se pretende é antecipada nas falas das personagens ou do narrador. A tendência dos gestores desses projetos de prevenção ao uso problemático de drogas é almejar uma sociedade perfeita e racional.

Mas que materiais são esses? Como são selecionados? É o que passamos a tratar a seguir.

3.1 Paradidáticos, o que são?

Kazumi Munakata (1997), citando Yasuda e Teixeira (1995), nos diz que “são consideradas paradidáticas as obras produzidas para o mercado escolar sem as características funcionais e de composição do manual didático” (Apud MUNAKATA, 1997, p. 109). Munakata nos informa ainda que os paradidáticos não têm que seguir os critérios de exigências a que estão obrigados os livros didáticos, e nos fornece uma definição:

Livros paradidáticos talvez sejam isso: livros que, sem apresentar características próprias dos didáticos (seriação, conteúdo segundo um currículo oficial ou não etc.), são adotados no processo de ensino e aprendizagem nas escolas, seja como material de consulta do professor, seja como material de pesquisa e de apoio às atividades do educando, por causa da carência existente em relação a esses materiais. (MUNAKATA, 1997, p. 100).

Segundo o autor, os paradidáticos não precisam obedecer aos critérios exigidos aos livros didáticos porque “do ponto de vista do sistema de ensino e de órgãos que o regulamenta, essa categoria de livro inexistente”. E completa: “essa é uma invenção tipicamente brasileira: não que em outros países não existam livros que possam ser considerados ‘paradidáticos’, mas falta-lhes o nome” (MUNAKATA, 1997, p. 109).

Tais livros não constituem um gênero literário, mas uma categoria de uso desenvolvida pela indústria livreira pensando a destinação de certos materiais gráficos. Naqueles anos, designava livros com qualidades de uso na educação, sobretudo, a formal. Segundo o autor, o que torna um livro, jogo, gibi, filme etc. um paradidático é o seu espaço de circulação, orientado pela dupla função de interessar aos alunos e professores.

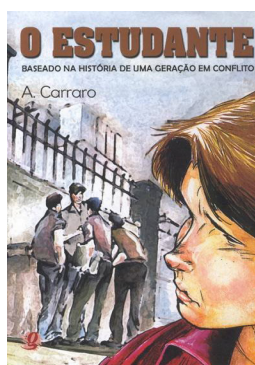
Desde a tese de Kazumi Munakata, o Estado brasileiro investiu em programas para fornecimento de livros dessa categoria às escolas públicas. Boa parte dos livros paradidáticos chegaram às escolas públicas, entre meados da década de 1990 e meados da década de 2010, graças aos programas de incentivo à leitura do Ministério da Educação-MEC, com destaque para o Programa Nacional do Livro Didático-PNLD, criado em 1985 e ainda atuante; e o Programa Nacional Biblioteca da Escola-PNBE, 1996-2015. Segundo o MEC, a proposta desse último programa era prover “as escolas de educação básica pública com obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como com outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita” (MEC/FNDE).

Apesar do empenho do Governo Federal, tanto o material publicado após 1997, quanto aquele que chega às escolas por meio dos programas citados, observamos predominância de abordagem não convergente às propostas nos PCN ou na Lei de Drogas 11.343, predominando abordagem repressiva e ameaçadora, orientada à abstinência como única alternativa de convivência com as drogas ilícitas. Parte do material, que passamos na sequência a analisar, adotam um tom complacente com relação às drogas lícitas, colocando a responsabilidade do consumo dessas substâncias nas “escolhas ruins” individuais, enaltecendo o princípio do livre arbítrio.

4 | ANÁLISE DOS LIVROS PARADIDÁTICOS

Passamos agora a apresentar uma breve análise dos livros didáticos e paradidáticos trazidos pelos alunos da disciplina eletiva.

4.1 O Estudante



O Estudante foi lançado em 1975, pela autora Adelaide Carraro. As primeiras edições trazem um subtítulo: “estória-verdade de uma geração em conflito consigo mesma”, depois alterado para “baseado na história de uma geração em conflito”, conforme a capa ao lado. Ainda que mais de quarenta anos transcorreram desde seu lançamento, *O Estudante*, de autoria de Adelaide Carraro (1975), aparece com regularidade entre os livros trazidos pelos alunos da disciplina eletiva.

Embora esse não seja o primeiro livro sobre o tema com usos na categoria de

paradidático lançado no Brasil¹, ele é, sem sombra de dúvidas, o livro mais adotado no país tanto por escolas públicas quanto particulares até os dias atuais. Com 50 edições, segundo informações da atual editora, a Global, o livro é tem uma trajetória de sucesso incomparável, favorecida pela conjuntura político-cultural no qual veio a público.

Ele adentra a cena editorial brasileira no momento em que cresce o número de usuários das drogas ilícitas, notadamente, a maconha e LSD. A maconha, considerada uma droga de negros e pobres até fins dos anos 1960, quando a juventude da classe média brasileira, especialmente, aquela que costumava fazer viagens internacionais à Europa e Estados Unidos, aderem ao consumo dessa substância no bojo da contracultura. É quando também chega ao Brasil o LSD, cujo uso estava ligado aos movimentos de protesto e às estratégias de contestação e transgressão da juventude das classes abastadas. O trecho do livro, abaixo transcrito, traz elementos importantes para pensar aquele momento.

- Venha para cá, que daremos um jeito. Espere, você tem que arranjar uns dois milhões.

- Para quando? Você entende, cheguei hoje.

- Para mim, o Juca fia. Digamos para depois de amanhã tá?

- Prá que é o tutu?

Você não entendeu? Para o LSD. Tem estudante lá no seu colégio que já está em delirium-tremens.

- Que é isso?

- No fim da picada, ficando gagá, tremendo como geleia, por falta da droga.

- Mas, delirium-tremens não ataca só os viciados em álcool?

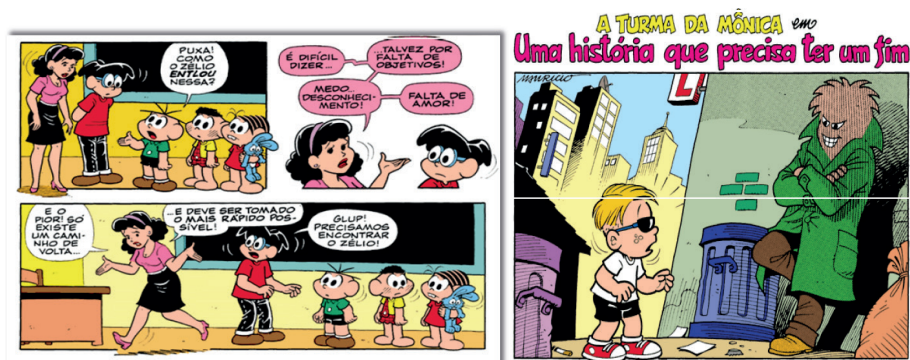
- Sei lá. Olhe, venha logo, pois preciso distribuir a minha droga. Espere, espere, quero lhe falar outra coisa. Olhe, fique de olho na turma, que tem muitos policiais se infiltrando na rodinha de alunos, fingindo que só estudantes.

- Tá bem. (CARRARO, s/d, p. 99).

O enredo retrata esse contexto ao narrar tragédia ocorrida numa família das classes abastadas em função do uso de drogas por um de seus filhos. É apresentado pela autora como uma história real que a ela chegou pelo filho sobrevivente da família onde a tragédia tem curso. A trama, portanto, atravessa, em tom alarmista, a fatalidade a que se expõem, e suas famílias, aqueles que usam drogas. O livro foi bastante impactante em sua época e, a considerar a permanência de sua adoção por escolas públicas e privadas, a fórmula segue obtendo resultados entre os jovens.

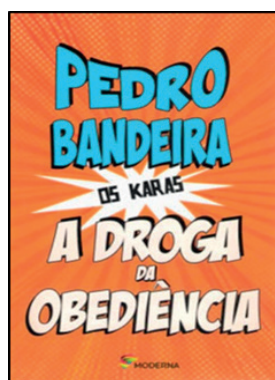
1 - Ele foi antecedido pelos livros Rosa dos Ventos, de ..., publicado em???? e pelo livro O irmão que tu me deste, Carlos Heitor Cony, lançado em ????.

4.2 Gibi Turma da Mônica



Esse gibi da Turma da Mônica foi encomendado pela SENAD ao Maurício de Souza e publicado em 2002. Com mais 3.600.000 cópias distribuídas pelas escolas do ensino fundamental do país, o enredo oscila entre velhos estereótipos sobre traficantes e usuários e algumas novas deliberações legais (PCN) da alçada da escola, como o papel da professora, por exemplo, responsável na trama por esclarecer a família, tranquilizar a criançada e dar um encaminhamento ao personagem usuário. No geral, o gibi mais confirma estereótipos do que provoca reflexão. O Título da história, “Uma história que precisa ter fim”, aponta para as proposições proibicionistas, que apostam na eliminação das drogas do ambiente social.

4.3 A Droga da Obediência



Esse livro traz os ares do período da redemocratização no país e aposta que o crescimento do consumo de drogas nas décadas de 1970 e início da década de 1980 deve-se às infelicidades geradas pelo regime político autoritário imposto pela Ditadura Militar após o Golpe de 1964.

A história narra as aventuras dos Karas, um grupo de quatro jovens estudantes de um colégio privado em uma região classe média e alta da cidade de São Paulo. A escola é marcada por uma gestão participativa, onde os alunos são convocados a participar das decisões e a fazer escolhas responsáveis e que envolvam o coletivo. Esses jovens se dedicam a resolver enigmas e solucionar problemas no grupo secreto que formam, até que o desaparecimento de estudantes nas escolas dessa região de São Paulo oferece a eles o oportunidade de resolver um grande problema, que atinge toda a comunidade. Sequestrados por um vilão que os obrigam a usar uma droga,

eles se empenham na resolução do caso.

Lançado em 1984, no auge das campanhas pelas Diretas Já e na efervescência da atmosfera político-cultural trazida pela retomada da liberdade de expressão e de pensamento, o livro aposta na ideia de que o uso de drogas implica em pôr fim a essa liberdade. Ele metáforiza a máxima de que as drogas estavam mais adequadas às conjunturas onde o estado de direito democrático não fossem respeitados, o que obrigaria as pessoas a procurarem subterfúgios à imaginação, às potencialidades criativas e contranormativas. O mote do livro é que as drogas submetem seus usuários, condenando-os a uma espécie de cativeiro autoimposto – uma forma de escravidão, pois que esses perdem a capacidade de tomar decisões, de escolher seus modos de vida e se assujeitam a obedecer aos ditames da escravidão gerada pela dependência. Nesse caso, o título-enunciado “droga da obediência” já faz o trabalho de sugerir uma infinidade de acepções que dialogam com a época do lançamento do livro e reverberam até os dias de hoje. Entre os sentidos possíveis ao enunciado temos: não se submeter à obediência é negar toda e qualquer ditadura, inclusive a das drogas; a obediência é uma droga (na acepção de coisa negativa); lutar pela liberdade é dizer à obediência. Há uma oposição explícita aos motes da contracultura onde a liberdade do pensamento e da mente passavam pela possibilidade de alteração da consciência através das drogas. O livro está na 5ª edição. É considerado um *best-seller*.

4.4 Vida de Droga



Outro best-seller dos paradidáticos é *Vida de Droga*, do novelista Walcyr Carrasco, que foi publicado pela primeira vez em 1999 e se encontra na 7ª edição. A novidade aqui fica por conta da feminina protagonista, Dora, uma adolescente mimada da classe média alta. Após breve relato do fausto de consumo em que vivia a família, a história passa a narrar a derrocada financeira, mas também emocional, desse núcleo familiar após o pai perder o emprego. A separação dos pais, a mudança de residência e as dificuldades emocionais e morais da personagem para lidar com sua nova condição social, cuja passagem abaixo dimensiona o núcleo do drama do livro:

- Eu não sabia que você era pobre.

Rubra, Dora nem conseguiu responder. Era horrível ouvir aquela palavra: pobre! Parecia defeito! Correu para o banheiro. Chorou em silêncio. (CARRASCO, s/d., p. 17).

Após mudar-se para um bairro pobre, Dora conhece um rapaz traficante por quem se apaixona e dá início a uma vida de consumo e tráfico de drogas, crimes, prostituição e vida nas ruas. Após alguns anos de muitas drogas, perdas de amigos, dilemas morais, confusões emocionais e algumas tentativas de tratamento frustradas, ela se rende e se permite tratar e recuperar. Redimida, retorna à vida. Uma viagem numa montanha russa com final só para alguns personagens.

O livro é o nosso *Christiane F., drogada e prostituída*. À época de seu lançamento, os jornais davam manchetes a respeito de jovens da classe média envolvidas com traficantes, enquanto a educação assimilava os fundamentos das competências socioemocionais e fazia uma revisão a respeito da importância da autoridade e da definição de limites no processo socioeducativo. À semelhança do livro *A droga da obediência*, o título-enunciado faz alusão à acepção de droga como coisa pejorativa, mas também destruidora, enquanto reforça a fragilidade da personagem para lidar com as frustrações e os reveses da vida. Esse livro tem sido largamente adotado, especialmente por escolas da rede privada de ensino, notadamente, para o 9º ano, embora nunca tenha entrado na lista dos programas de incentivo à leitura do MEC, como o Programa Nacional Biblioteca Escolar-PNBE (1996-2015).

5 | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

De um modo geral, os materiais paradidáticos sobre o tema publicados no Brasil nos últimos vinte anos apostam, majoritariamente, na abordagem proibicionista e abstencionista, apregoando uma pedagogia do medo, da discriminação, da repressão e da condenação. Essa abordagem, baseada no medo e na ameaça, pode ter algum resultado na prevenção primária, mas seus efeitos são nulos ou negativos nas prevenções secundárias e terciárias, pois aqueles que já têm algum contato com usuários, acesso a diferentes tipos de informações e conhecimentos sobre as drogas sabem que a grande maioria dos usuários não desenvolvem os quadros patológicos ou se predispõem a ações violentas, como nas narrativas em exame, tornando-os ineficazes. E, pior do que isso, como afirma Gilberta Acselrad (2013 e 2015), eles pouco ou nada acrescentam aos jovens para que esses consigam se proteger das drogas.

Parte da resistência dos professores, pais e alunos para debater o tema se deve aos modos como historicamente esses saberes estão estruturados e têm circulado pela sociedade. Nesse sentido, a predominância da abordagem da abstinência às drogas destes livros inviabilize o nível de conhecimento dos docentes/discentes a respeito dos debates travados neste campo da pesquisa, comprometa as possibilidades de

reflexão de docentes e discentes, empobreça o espaço de discussão, contradiga os PCN, a Lei de Drogas 11.343 e inviabilize a execução de uma política educacional de drogas voltadas às reais necessidades da sociedade e da escola. Os livros aqui apresentados como os que mais aparecem nos trabalhos finais da disciplina eletiva em foco, pouco têm contribuído para disseminar novos conhecimentos e promover os questionamentos necessários à conjuntura atual, de intensos debates sobre a descriminalização das drogas e suas implicações políticas e socioculturais, ao mesmo tempo em que assistimos ao endurecimento e recrudescimento das políticas para a questão nas áreas da saúde e educação.

Esses materiais praticamente seguem um mesmo roteiro, distribuído ao longo das narrativas, com maior ou menor ênfase nos diferentes pontos. São eles:

- 1 – Classificação das drogas segundo critérios precisos: origem (natural ou sintética), estatuto jurídico (legal-ilegal) e ação no sistema nervoso central-SNC (depressoras, estimulantes ou perturbadoras);
- 2 – Descrição dos efeitos das drogas no organismo, no SNC e suas implicações para a saúde e a vida social;
- 3 – Proposta de prevenção pela via única da abstinência;
- 4 – Associação entre consumo de drogas, violência e criminalidade, desorganização familiar e social, instabilidade emocional e psíquica;
- 5 – Correspondência entre autoestima, autoconhecimento e autopreservação com capacidade de resistir às drogas, colocando os consumidores que apresentam uso problemático e/ou indevido de drogas como “fracos, covardes e incapazes”.

Uma espécie de “currículo oculto” estrutura esses materiais. Voluntária ou involuntariamente, eles formam o que estamos chamando de *currículo mínimo irreduzível* presentes nesses paradidáticos sobre drogas, ou os saberes eleitos como supostamente essenciais para constar nos livros sobre o tema destinados aos jovens, quais sejam: 1 - Classificação das drogas; 2 - Seus efeitos no organismo; 3 - Os danos decorrentes do uso. Esse conteúdo foi visceralmente talhado pelo viés da saúde em detrimento dos saberes produzidos no campo das ciências humanas, que muito têm a contribuir não com saberes sobre as substâncias, sua natureza e qualidades, mas sobre os homens que as usam, suas práticas e culturas de uso, cuja história prova o quão foram, e têm sido, práticas de prevenção.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, G. **Quem tem medo de falar sobre drogas?** Saber mais para se proteger. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais - terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> . Acesso em: 20/09/2014.

_____. **Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República do Brasil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 12/05/2018.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2ª ed. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

COELHO, F. J. F.; TAMIASSO-MARTINHON, P.; SOUSA, C. Entre o dialógico e o emocional nas abordagens educativas sobre o uso do álcool e outras drogas. In: **IV Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 11, 2017, João Pessoa. Anais... João Pessoa: Centro de Convenções, 2017. ISSN 2358-8829. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA18_ID2198_05102017223604.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2018.

COELHO, FJF; MONTEIRO, S. Curso online sobre educação, drogas e saúde: motivações e expectativas de professores da escola básica (RJ, Brasil). **Ensino, Saúde e Ambiente** – V11 (3), pp. 241-258, Dez. 2018.

FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, M.; ADORNO, R. (Orgs.). **Drogas & sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

FIOCRUZ. **Uso de Drogas no Brasil 2005-2015**. Casa da Democracia, 2019. Disponível em: <http://casadademocracia.org/infografico-o-uso-de-drogas-no-brasil/>. Acesso em: 20/04/2019.

GUINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese de Doutorado. PUC-SP, 1997.

SILVA, ML. “Educação sobre drogas: ensino, pesquisa e extensão na confluência da formação do profissional da educação”. In: SOUSA, C., TAMIASSO-MARTINHON, P.; COELHO, FJF. **Educação em Ciências, Saúde e Extensão universitária**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. “Medicalização”. In: **Caderno de debates do NAAPA: questões do cotidiano escolar**. São Paulo: SME /COPED, 2016. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/27154.pdf>. Acesso: 08/11/2016.

ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale. “O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar”. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**. N.17(1): 136-145, 2007.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Natália Lampert Batista - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

Tascieli Feltrin - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019). Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária ImaginaMundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais não-escolares e Formação de professores para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

Maurício Rizzatti - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 9, 1, 27, 35, 73, 75, 76, 80, 104, 114, 160, 191, 197, 248, 250, 251, 252, 256, 258, 278, 296, 302, 303, 307, 309, 310, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 330, 331, 332, 350, 351, 365, 366, 368, 376, 410

Aprendizagem escolar 80, 410

Aprendizagem significativa 114, 376

Atividade física 125

Avaliação 5, 6, 27, 30, 38, 95, 138, 149, 150, 210, 259, 270, 365, 387, 399, 403, 405, 406, 410, 411

Avaliação diagnóstica 5

B

Brincar 127, 137

C

Cidade 127, 131, 132, 133

Complexidade 52

Currículo 63, 73, 150, 152, 159, 210, 240, 258

D

Drogas 13, 14, 16, 20, 25, 26

E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 13, 20, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 60, 61, 62, 63, 69, 72, 73, 74, 81, 83, 93, 94, 98, 103, 104, 106, 110, 114, 120, 121, 124, 127, 136, 137, 138, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 176, 180, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 199, 210, 220, 221, 222, 232, 233, 238, 240, 241, 243, 244, 252, 253, 258, 259, 261, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 291, 293, 296, 297, 298, 310, 320, 321, 333, 334, 335, 340, 341, 342, 350, 356, 358, 360, 361, 365, 366, 375, 376, 381, 399, 401, 403, 406, 408, 409, 410, 411

Educação física 120, 296

Educação infantil 137

Ensino 5, 6, 8, 9, 10, 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 26, 28, 29, 32, 35, 38, 47, 50, 75, 81, 82, 83, 95, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 108, 111, 113, 114, 137, 138, 139, 144, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 170, 183, 194, 199, 203, 209, 210, 232, 259, 261, 262, 266, 269, 279, 296, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 320, 321, 322, 335, 341, 342, 350, 352, 366, 368, 376, 377, 378, 381, 382, 385, 389, 390, 394, 398, 399, 400, 411

Escola 7, 9, 2, 3, 9, 11, 20, 28, 52, 87, 152, 155, 159, 160, 161, 164, 166, 171, 173, 175, 182, 199, 201, 216, 312, 320, 351, 353, 362, 376, 385, 386, 387, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410

Esportes 39, 41

Ética da compreensão 52

Experiência 154, 159, 258, 381

H

Hidroginástica 116, 124, 125, 126

I

Inclusão 5, 11, 12, 63, 74, 79, 183, 270, 271, 323

J

Jogo 2D 5, 74

N

Números complexos 114, 115

P

Paradidáticos 19

Pesquisa 2, 5, 10, 6, 9, 53, 75, 114, 150, 170, 175, 199, 221, 232, 243, 272, 279, 290, 321, 350, 358, 381, 394, 398, 409

Práticas pedagógicas 298

R

Responsabilidade 52

Robótica 5, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12

T

Terceira idade 116

U

Unity 74, 76, 77, 80

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-591-4

